

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, nove e quarenta minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a vigésima quarta sessão plenária do décimo sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião entre Conselheiras e Conselheiros: Regina Lúcia Sucupira Pedrosa, Fabián Javier Marin Rueda, Iolete Ribeiro da Silva, Célia Zenaide, Daniela Zanini, Márcia Badoró, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte Guerra, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Sandra Elena Sposito, Paulo Roberto Martins Maldos, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa e Norma Cosmo. Pedro Paulo abre a Plenária com o **56. INFORME ALMOÇO NATALINO DOS FUNCIONÁRIOS**. Os Conselheiros são avisados sobre a festa dos funcionários do CFP no dia 06 de dezembro, e convidados a participar. **60. INFORME - COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**. Márcia Badoró aproveita para falar sobre a eleição para o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, onde havia duas vagas para Conselhos Profissionais, e o CFP foi eleito com 33 votos, votação bastante expressiva. **11. GT ELEIÇÕES**. Paulo Aguiar fala que o GT foi constituído para fazer o regimento das eleições, e a APAF deliberou que o GT não fosse desfeito para que se pudesse fazer um manual de recomendações para o processo de transição. O manual foi feito e é apresentado para a Plenária. As sugestões para o texto são: trabalhar a apresentação do texto, tirar a palavra "Diário Oficial dos Estados", tirar "membros da comissão" que está repetido no segundo parágrafo e conferir se no item.V, permanece Tribunal de Contas, tanto nível Federal quanto Estadual. Norma Cosmo pergunta por que o manual não é uma Resolução em vez de uma recomendação. Paulo Aguiar afirma que a recomendação foi apontada na APAF, mas ele acredita que a recomendação deve sim se transformar em uma Resolução. Cibele Tavares, Coordenadora Adjunta do CFP, esclarece que, pelo GT, a ideia era de que as recomendações compusessem a própria Resolução eleitoral, mas que o próprio Plenário achou que devia ser um documento à parte, pois havia questões delicadas, tais como a fiscalização e as penalidades, no caso de uma Resolução. **28. EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - 1º SEMESTRE (2019)**. Iolete Ribeiro informa que foi feita a análise das propostas dos três eixos, e que os critérios de reprovação são bem objetivos, como a não indicação do valor. No eixo 1 que teve um grande número de propostas, houve uma redução do valor disponibilizado para cada selecionado, já que não havia um critério para ranquear os aprovados. Cibele Tavares remarca que nos casos em que um colaborador é beneficiado pelo Edital, este colaborador não tem direito à diária, pois o edital não prevê este pagamento. A homologação do resultado das propostas beneficiadas pelo Edital de chamada pública nº 001/2018 é aprovada. **61. INFORME - REVISTA DIÁLOGOS**. Iolete Ribeiro comenta sobre a importância de publicar mais números da Revista Diálogos, e que seria interessante publicar uma revista sobre avaliação psicológica, em função da mudança da Resolução. O número sobre avaliação psicológica seria produzido com apoio da CCAP. Outros temas já previstos são uma revista sobre psicologia do esporte e outra sobre gênero. Sandra propõe pensar o quanto essa revista dialoga com a categoria, sobretudo no momento político atual, e pondera se é o caso de fazer uma revista sobre gênero, sabendo que haverá muitos ataques. Pedro Paulo propõe que na Plenária da semana que vem, onde haverá um momento específico de discutir

conjuntura, esta discussão pode ser levada pra lá. Pedro Paulo inclusive encaminha que todo dia de sábado da próxima Plenária seja reservado para discutir conjuntura. O encaminhamento é aprovado. **5. GT DA APAF - PSICOLOGIA DO ESPORTE.** Pedro Paulo introduz o assunto, na ausência da Conselheira Elizabeth de Lacerda. O GT de esporte está propondo a realização de censo para mapear o perfil do profissional psicólogo do esporte no Brasil e realização de reunião presencial. Regina Pedrosa indica que o CRP01 já tem um grupo constituído que trata da psicologia do esporte, e que esse seria um bom canal de aproximação. Pedro Paulo acrescenta que esse censo pode começar como um censo do próprio sistema, para mapear que Regionais já trabalham com psicologia do esporte. O encaminhamento é que o delegado defenda esses dois pontos, elaboração de censo e reunião presencial, na APAF. **6. ATIVIDADES DO GT DA APAF SOBRE POLÍTICAS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.** Paulo Aguiar explica que houve a encomenda de fazer uma minuta de resolução sobre as questões das comunidades terapêuticas. Essa deliberação é muito ampla, mas o GT achou que não deveria ser feito, por ter ficado confuso o encaminhamento. Porém o GT avançou na questão do cadastro das comunidades terapêuticas, e Paulo Aguiar procede à leitura da minuta. Após a leitura, Márcia Badaró pergunta se o responsável técnico da comunidade terapêutica sempre é um psicólogo. Paulo Aguiar explica que, quando o serviço de psicologia é ofertado na comunidade terapêutica, deve haver um responsável técnico psicólogo. Um detalhe no texto é uma discrepância de data, no parágrafo único do Art. 3º, onde se lê 2011 na realidade é 2001. A minuta de Resolução é aprovada para APAF. **63. INFORME - VII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRAMD.** Paulo Aguiar comunica à plenária que a Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas - ABRAMD está realizando o sétimo congresso internacional em junho de 2019. Eles encaminharam ao CFP um ofício perguntando se o CFP gostaria de propor alguma atividade nesse congresso, e Paulo Maldos acredita importante que o CFP o faça. **8. REVISÃO DA RESOLUÇÃO 007/2003.** Daniela Zaninni fala sobre a minuta da resolução, mas esta não é lida, pois tem 20 páginas. Se disponibiliza para dirimir dúvidas. Fala que a questão mais polêmica é o laudo multiprofissional e antecipa que esta deve ser a questão mais debatida na APAF. A minuta agora está no jurídico que o está avaliando. Sandra Spósito questiona sobre a afirmação de que os documentos técnicos não são descrições literais de atendimentos, uma vez que ela concorda com isso, porém afirma que há documentos do CREPOP dizendo o contrário. Pergunta se isso foi discutido no GT. Daniela confirma que essa preocupação esteve presente, e afirma que a transcrição literal da sessão, em última análise incorre em falta ética, pois expõe o cliente, e o que é interesse do outro saber em termos de um documento é a opinião do profissional quanto ao que houve, e não o que aconteceu em si. Jureuda Duarte pergunta em relação ao laudo multiprofissional, quais são os pontos convergentes e divergentes. Daniela fala que a grande questão são duas correntes. Foi separado laudo de relatório, e o questionamento é: como um laudo proveniente de avaliação psicológica pode ser feito por uma equipe multiprofissional. Uma proposta é o laudo individual do psicólogo vir anexo ao laudo da equipe. O problema é que nesse caso o psicólogo teria que fazer dois documentos, um laudo individual e um laudo conjunto. A alternativa é manter um laudo conjunto único, mas a parte da análise do psicólogo seria um parágrafo individual. Daniela Zaninni acredita que as duas propostas se assemelham, mas como não houve consenso na reunião do GT, as duas opções devem ser submetidas à APAF. Pedro Paulo acredita

96 que isso é uma falsa questão, e acrescenta que não consegue entender por que estão  
97 chamando uma Resolução de Manual. Daniela acredita que essa Resolução tem uma  
98 característica diferente, de orientar e ensinar os procedimentos, tanto que é uma  
99 resolução longa. Pedro Paulo questiona também o ponto dos princípios da linguagem  
100 técnica a descrição dos objetivos da avaliação psicológica, quando diz que tem como  
101 objetivo conferir a veracidade da procedência do serviço prestado, pois acha que  
102 'conferir veracidade' é muito forte, e remete à questão da verdade, conferindo um  
103 estatuto de verdade absoluta ao fazer do psicólogo. Embora entenda que se trate da  
104 veracidade da procedência, sugere alteração. Fabián Rueda sugere que se altere para  
105 "registrar" a procedência, e fica o compromisso de levar isso para APAF. Pedro Paulo  
106 também sugere que o termo "quando" for solicitado seja alterado para "sempre que"  
107 solicitado. E aponta também que depois do 3.2, onde se lê a estrutura da declaração,  
108 no item "B a declaração deve expor", substituir 'acompanhamento' por intervenção  
109 psicológica, ou atendimento prestado, pois 'acompanhamento' circunscreve muito à  
110 clínica, e exclui outras especialidades. Comenta ainda sobre um item não gendrado,  
111 mas Daniela afirma que já está resolvido. Por último fala de uma preocupação sobre a  
112 validade dos documentos, no item 6, pois isso pode criar um problema para o  
113 psicólogo. Como o psicólogo pode determinar a validade de seu próprio documento?  
114 Pedro Paulo questiona se isso é viável. Daniela Zanini explica que essa discussão foi  
115 feita no grupo, e que essa questão foi levantada sobre como se determina a validade  
116 do documento, mas que foi avaliado que retirar seria pior, pois o uso de um  
117 documento sem data de validade poderia causar mais problemas do que a dificuldade  
118 de estimar a validade. Pedro Paulo lê a resolução antiga neste ponto e mostra como a  
119 instrução é menos engessada na Resolução anterior, pois abre para o psicólogo indicar  
120 a datação onde for possível. Na nova está mais imperativo o comando de indicar a  
121 validade. Márcia Badaró sugere que seja marcado como "neste momento" está posta  
122 dada condição. Daniela contra argumenta que se o psicólogo também se escusar de  
123 amparar o seu laudo de forma mais definitiva ou duradoura, recai no problema de o  
124 psicólogo se eximir de se posicionar. Pedro Paulo sugere que se mantenha o texto da  
125 Resolução anterior e que os delegados levem para APAF esta indicação. Fica como  
126 indicação o envio da Resolução como ela está, seguindo no material de subsídio dos  
127 Conselheiros as sugestões discutidas. **9. GT DA NOVA CIP.** Sandra Spósito apresenta a  
128 minuta de resolução. Sandra Spósito resgata algumas questões foram levantadas na  
129 APAF. Quanto à acessibilidade da carteirinha, o setor técnico avaliou não ser possível.  
130 Há ainda a ideia de fazer o e-CRP, aos moldes da CNH virtual, mas que isso não seria  
131 viável por hora. O GT acabou entendendo por bem tirar o logo do CFP, e manteve a  
132 letra psi genérica, para amenizar o embate político. O Plenário manifesta acordo.  
133 Sandra ainda explica que o título de especialista fica no campo "observação". Sandra  
134 Spósito também expõe o problema da inscrição secundária que, em função do  
135 atendimento *online*, não mais permite situar a inscrição secundária. O GT está  
136 propondo continuar para discutir o que fazer com a inscrição secundária, inclusive  
137 pensando a possibilidade de extinção da inscrição secundária, mas pensando também  
138 qual mecanismo seria utilizado em caso de denúncia ética. Sandra Spósito acredita que  
139 a maior pendência agora para aprovação é a carteira secundária, e uma estratégia  
140 pode ser retirar essa discussão da Resolução para aprovação mais célere. O  
141 encaminhamento é os Conselheiros lerem a Resolução completa até a Plenária da  
semana que vem, e retomar então a discussão. **58. Delegação APAF.** O Plenário decide

143 incluir Clarissa Guedes na Delegação da APAF como convidada do CFP, para apresentar  
144 o ponto "CREPOP" e "GT CIP" 10. **GT DE TI.** Antes de mais nada, Norma Cosmo solicita  
145 que, na defesa da ordem da pauta da APAF, o GT de TI fique associado à discussão do  
146 GT da nova CIP, dada a contiguidade do assunto. Em seguida, repassa à criação do GT  
147 de TI, na APAF de 2017, criado especificamente para propor soluções para problemas  
148 do cadastro financeiro. Lembra que foi aprovada a compra de um cadastro financeiro  
149 de mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), entretanto nessa aprovação não  
150 foram inclusos os módulos de fiscalização e gestão de processos, o foi rediscutido no  
151 GT de TI da inclusão destes módulos, que subiu o custo para mais de R\$ 4.000.000,00  
152 (quatro milhões de Reais). Em setembro foi feita uma reunião extraordinária de  
153 Presidentes para acordar a compra desses módulos adicionais, e todos os regionais  
154 concordaram. Nesta APAF será preciso referendar a contratação dessa aquisição  
155 ampliada. Norma pede para que seja exibido o *power-point* com toda a apresentação  
156 para APAF. Norma Cosmo solicita que o encaminhamento para APAF inclua informar o  
157 status da implantação do SEI do CRP 01, bem como defender a continuidade do GT  
158 para dar prosseguimento a esses trabalhos. **64. INFORME GT MULHERES.** Sandra  
159 Spósito lê a minuta de resolução do GT mulheres, que estabelece normas de atuação  
160 para psicólogas e psicólogos com relação às violências de gênero. Após a leitura,  
161 Sandra explica que a preocupação da Resolução é marcar o gênero como uma  
162 construção histórica, e não como um dado biológico binário. Afirma que as expressões  
163 de gênero são cada vez mais amplas, e que considerar estas manifestações como  
164 desvios são muito propriamente violências de gênero. Juntamente com as Resoluções  
165 01/99, 01/18 e 18/02, esta resolução viria a se somar como Resoluções de  
166 enfrentamento do preconceito. Fabián Rueda sugere que se inclua no artigo terceiro a  
167 palavra opressões, junto com estereótipos, estigmas. Paulo Maldos pergunta sobre a  
168 questão da defesa dos jovens e adolescentes. Sandra pondera que nunca houve um  
169 recorte geracional nas Resoluções, mas acha interessante a ideia. Jureuda Duarte  
170 comenta o ponto sete falando sobre a questão do pode ou não pode denunciar casos  
171 de violência conjugal. Sandra Spósito pede que retornem aos considerandos, falando  
172 que a notificação compulsória já é obrigatória, mas que a denúncia não deve ser  
173 colocada como obrigatória, pois confronta o sigilo do Código de Ética. Norma Cosmo  
174 acredita que essa questão já está contemplada no Código de Ética, que o profissional  
175 pode quebrar o sigilo, mas que isso é uma decisão do profissional. Jureuda Duarte  
176 sugere que os considerando venham em ordem cronológica. Sandra Spósito concorda.  
177 Além disso, Jureuda Duarte também sugere que se incluam as delegacias das mulheres  
178 nos considerandos. Paulo Maldos reitera a proposta de inserir as crianças e  
179 adolescentes na resolução, pois são um universo muito vulnerável. Sandra Spósito  
180 acredita que essa questão poderia entrar nos considerandos. Sandra pede que ela e  
181 Paulo Maldos se reúnam posteriormente para acrescentar essa questão das crianças e  
182 adolescentes. A Plenária é encerrada às treze horas e oito minutos para o almoço. As  
183 quatorze horas e oito minutos o grupo retorna. **20. CUSTEIO DE REUNIÕES  
EXTRAORDINÁRIAS DOS GRUPOS DE TRABALHO DA APAF.** Norma Cosmo explica que  
184 é preciso fazer um alinhamento dos critérios de funcionamento dos GTs. Lembra que a  
185 APAF delimitou alguns desses critérios. Norma identifica que os critérios da APAF de  
186 compor GTs com um CR por macrorregião pode causar problemas, se não manejado a  
187 contento, por exemplo, quando são convocados todos os regionais para discutir e  
188 elaborar o produto dos GTs que será levado para APAF. **12. CREPOP - CONVÊNIO**

190 COM CRPS. Larissa Dantas, assessora do CREPOP, fala sobre os convênios com os  
191 Regionais. Havia sido decidido em APAFs anteriores que o repasse para os CRPs ficaria  
192 em 50% para os médios e 100% para os pequenos para pagamento de técnicos do  
193 CREPOP, mas na prática está sendo 100% para todos. A Plenária deve decidir se passa  
194 a cumprir ou se repactua. Cibele Tavares lembra que há algum tempo isso foi levado  
195 para APAF mas nada foi feito. Norma Cosmo ressalta a importância de fazer valer um  
196 critério pactuado. Acredita que o recurso de financiamento para interiorização é que  
197 deve ser discutido como critério. Pedro Paulo concorda com ela, mas acredita que há  
198 uma questão de fundo que considera que o critério para a distinção de pequeno médio  
199 e grande tem que se alinhar com o tamanho do sistema hoje, e sugere um estudo para  
200 rever essas faixas. Paulo Aguiar e Jureuda Duarte lembram que rediscutir esses  
201 critérios vai impactar no número de delegados. É encaminhado fazer um estudo do  
202 tamanho dos CRs e de um novo critério de tamanho do CR. Sandra Spósito acredita  
203 que é natural que a APAF cresça cada vez mais, e se torne um grande fórum legislador  
204 da categoria. Com relação ao ponto do CREPOP o encaminhamento é não levar essa  
205 questão para APAF agora, e posteriormente levar com mais subsídios. **65. CREPOP -**  
206 **CHAMAMENTO PÚBLICO.** Miraci Mendes solicita que a Plenária delibere se a  
207 contratação de pesquisadores do CREPOP deve ser feita por chamamento público em  
208 lugar de licitação, uma vez que o setor de compras e a assessoria jurídica sinalizaram  
209 que esta modalidade seria mais adequada. O Plenário aprova. **30. CREPOP - PLANO DE**  
210 **TRABALHO 2019.** Larissa Dantas comenta que houve uma reunião do Conselho  
211 Consultivo do CREPOP em outubro, e algumas definições foram tiradas. Não haverá  
212 ciclos de pesquisa em 2019 por conta do atraso das pesquisas nas RAPs. Porém, será  
213 lançado o livro do seminário de políticas públicas. Esse ponto de pauta é aprovado pela  
214 Plenária para ser pautado na APAF. **64. INFORME GT MULHERES.** Sandra Spósito  
215 informa que ela e Paulo Maldos elaboraram o parágrafo contemplando a infância e  
216 adolescência para sugerir para inclusão na resolução do GT mulheres, conforme  
217 combinado antes do almoço. Regina Pedrosa sugere que se retire a parte do período  
218 fundamental, e sugere incluir "no processo do desenvolvimento identitário". A redação  
219 aprovada para o último considerando é: "Considerando que as expressões de gêneros  
220 não binárias são comuns no decorrer da infância e adolescência e devem ser  
221 reconhecidas e respeitadas no processo de desenvolvimento identitário". Esse texto  
222 deve ser apresentado como sugestão para a APAF, como contribuição do CFP. **4.**  
223 **INFORME SOBRE AS ATIVIDADES DO GT DE REVISÃO DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E**  
224 **FISCALIZAÇÃO.** A seguir, a Plenária aprecia a nova proposta redigida por Fabián Rueda  
225 para a Resolução do coaching. Júnia Lara procede à leitura. Após a leitura, Daniela  
226 Zanini pergunta se mencionar especificamente alguns artigos do Código de Ética não  
227 vincularia a questão e impediria que outros artigos do Código de Ética fossem usados  
228 em caso de representação contra profissional que use *coach*. Júnia Lara fica de levar a  
229 questão para o GT. Daniela Zanini sugere que se altera no início para "princípios  
230 fundamentais", em vez de preceitos. Fica o encaminhamento de produzir um  
231 parágrafo falando sobre o zelo que se deve ter, tal como anotação dos documentos  
232 escritos, sigilo, entre outros. **13. PONTO DA OUVIDORIA PARA A APAF.** Miraci  
233 Mendes explica que tem chegado muitas questões na ouvidoria que dizem respeito  
234 aos Regionais, e como os Regionais não tem ouvidoria, fica um fluxo muito complexo,  
235 pois a ouvidoria do CFP tem que encaminhar pro Regional, e depois a questão volta  
pro CFP. Considerando que o CFP é uma instância recursal, e considerando que já

237 houve muitos aprimoramentos da legislação da ouvidoria, a ideia é haver uma  
238 desvinculação das ouvidorias, e que os Regionais respondam por suas próprias  
239 ouvidorias. A proposta é de que os Regionais criem suas próprias ouvidorias, ou pelo  
240 menos designem um responsável para responder pelo atendimento externo. A  
241 apresentação que será levada para APAF é exibida. Entre as sugestões está a de  
242 comprar um *software* de acompanhamento das demandas do público pela conta  
243 divulgação para todo o Sistema. Definição de Conselheiro responsável pela ouvidoria.  
244 Publicação de nova Resolução com as obrigações da ouvidoria. Márcia Badaró sugere  
245 uma alteração de redação na apresentação, pois dá a entender que já há ouvidoria nos  
246 Regionais. Júnia Lara sente a falta de dados para subsidiar o argumento na APAF.  
247 Cibele Tavares pondera que não é exatamente uma questão quantitativa, pois um  
248 único questionamento que o CFP responda, vincula a instituição e prejudica a  
249 legitimidade e neutralidade da instância recursal. Fica encaminhado que o ponto vai  
250 para discussão em APAF, incluindo casos concretos que cheguem ao CFP que  
251 exemplifiquem o tipo de questão que chega para o CFP e que não deveria chegar. **14.**  
252 **PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO.** Os encaminhamentos para APAF  
253 são retomar as teses do CNP e propor à APAF a Comissão Nacional de Psicologia  
254 Organizacional. A Plenária se pergunta se essa comissão seria do CFP ou da APAF, e se  
255 há realmente pertinência de submeter essa discussão à APAF. Fabián Rueda acredita  
256 que o que está em jogo é a comissão nacional de POT, e vê como uma legitimação  
257 desse movimento. É a favor de não pautar. Sandra Spósito reafirma a posição de  
258 Fabián Rueda. Márcia Badaró ficou na dúvida se realmente criar a comissão nacional  
259 de POT seria uma tese do CNP. Norma Cosmo preocupa-se com as reuniões da POT  
260 que correm paralelamente ao Sistema. Norma Cosmo encaminha que o ponto não seja  
261 levado para APAF, mas que se algum CR pautar, que seja esclarecido que a comissão  
262 não é criada pela APAF, e que sugira que a APAF crie o GT da POT, com início, meio e  
263 fim e uma questão específica. Pedro Paulo lembra que na última APAF o CRP 09  
264 pautou esse tema. Fabián Rueda dá o retorno que a criação dessa comissão não está  
265 no CNP. Norma Cosmo encaminha que também se leve essa proposta para o FENPB.  
266 **15. MINUTAS DE PAUTAS - PRESIDENTES E TESOUREIROS.** Pedro Paulo pergunta se  
267 algum Conselheiro tem propostas de minuta de pauta para as reuniões de presidentes  
268 e tesoureiros. Fabián Rueda sugere a Resolução 07/2009 sobre a carteira de motorista.  
269 Norma Cosmo aproveita para propor uma divulgação e uma visibilidade maior para  
270 esta Resolução. Sandra Spósito pondera se é interessante levar para a reunião dos  
271 presidentes a questão do lançamento do livro *dã cura gay* e os vinte anos da resolução  
272 01/99, levando a questão de como proceder no atual momento político para aquela  
273 reunião. **16. PROPOSTA DE PAUTA PARA REUNIÃO ENTRE PRESIDENTES DEZ/2018 -**  
274 **MAPA DE INCIDÊNCIA POLÍTICA E SOCIAL DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA**  
275 **(MIPS).** Pedro Paulo explica que seria um mapeamento de quais Conselhos tem  
276 representação em quais espaços políticos e o que seria preciso que cada regional  
277 preencha para compilar estas informações e construir um infográfico para dar  
278 visibilidade à inserção do Sistema Conselhos de Psicologia nas instâncias de  
279 monitoramento e controle social. É aprovada a proposta de pautar para a Reunião  
280 entre Presidentes de dezembro/2018, o ponto "Mapa de Incidência Política e Social do  
281 Sistema Conselhos de Psicologia (MIPS)". **22. LISTA DE CONVIDADOS PARA O 10º CNP.**  
282 Cibele Tavares diz que é preciso pautar quem serão os convidados, além dos  
delegados. O indicativo para a APAF não seria levar nomes, mas indicar entidades que

284 o Plenário gostaria de indicar. Algumas sugestões são projetadas. Além disso, a ideia é  
285 apresentar na APAF o site do CNP e o sistema de inscrição. Jureuda Duarte propõe que  
286 as vagas disponibilizadas sejam o mesmo número para todos. Paulo Aguiar sugere que  
287 fiquem quatro para o FENPB e três para os movimentos sociais. Norma Cosmo acredita  
288 que devam ser cinco para o FENPB. Sandra Spósito acha que deve aumentar o número  
289 de vagas dos movimentos sociais, ainda mais considerando que no FENPB já são todos  
290 psicólogos e as pessoas podem participar como psicólogos. Norma Cosmo resume que  
291 a proposta é aumentar para cinco as vagas do FENPB e cinco as vagas para os  
292 movimentos sociais. Jureuda Duarte arremata com a proposta final, que fica sendo seis  
293 vagas para o FENPB e cinco para movimentos sociais, três vagas para entidades de  
294 gestão pública, um número aberto para outros Conselhos Profissionais e três vagas  
295 para entidades internacionais. Jureuda Duarte pede que todos divulguem o site do  
296 CNP. **23. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO CRP 07**  
297 **PROCESSO 7744/18.** Foi designada a relatora Regina Pedroza para o processo  
298 576600020.002434/2018-14. O processo deverá ser julgado em janeiro. **24. PROCESSO**  
299 **ADMINISTRATIVO PARA DELIBERAÇÃO PLENÁRIA – NOVEMBRO.** Foi designada a  
300 relatora Sandra Spósito para o processo 576600020.002387/2018-17. O processo  
301 deverá ser julgado em janeiro. **25. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA DELIBERAÇÃO**  
302 **PLENÁRIA - 23 E 24 NOVEMBRO.** Foi designada a relatora Regina Pedroza para o  
303 processo 576600020.002542/2018-97. O processo deverá ser julgado em janeiro. **26.**  
304 **DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE REGIMENTO**  
305 **INTERNO DO CRP 22.** Foi designada a relatora Jureuda Duarte para o processo  
306 576600020.000963/2018-83 (alteração de Regimento Interno do CRP-22). **27.**  
307 **AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS.** Daniela apresenta o teste CPS, Escala De  
308 Personalidade De Comrey – Atualização de Normas 0094584. A CCAP sugeriu a não  
309 aprovação do teste de Comrey, e a Plenária aprovou o parecer da CCAP. Fabián deixa  
310 registrado que esse é o primeiro teste que não é aprovado em decorrência da  
311 resolução 09/2018. O próximo teste é o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos  
312 de Lipp Revisado (ISSL-R) - Teste Psicológico 0094528. A CCAP considera o teste  
313 desfavorável para o uso na prática profissional. A Plenária aprova o parecer da CCAP. O  
314 próximo teste é o Teste de Memória de Reconhecimento (TEM-R) – Plataforma  
315 Informatizada 0094570. A CCAP é favorável para o uso na prática profissional da  
316 versão equivalente do teste. A plenária aprova o teste. **31. ACOMPANHAMENTO DAS**  
317 **COMISSÕES DAS REFERÊNCIAS DO CREPOP.** Larissa Dantas apresenta a tabela de  
318 acompanhamento das comissões. Neste momento a demanda é estipular prazos para  
319 os contatos com os membros das comissões. Norma afirma que já fez os seus contatos,  
320 ainda que esteja pendente na tabela. Pedro sugere que essa atribuição de contatos  
321 seja feito pelo CREPOP nacional, e não pelos Conselheiros. O encaminhamento é  
322 aprovado. **32. FORMAÇÃO DE COMISSÃO AD-HOC CREPOP.** Larissa Dantas expõe que  
323 precisam de mais indicações para as comissões hospitalar, de atenções básicas, de  
324 povos indígenas, e substituição da comissão de segurança pública. Para a referência de  
325 Psicologia Hospitalar, foram indicados: Josélia Quintas, Silvana Fontoura e um  
326 representante da SBPH. Para a referência de Atenção Básica à Saúde, foram indicados:  
327 Cristal Aragão (UFRJ) e Vagner Caldeiras. Para a referência de Povos Tradicionais,  
328 Indígenas e Quilombolas, foram indicados: I) Povos Tradicionais: Abrahão (UFF),  
329 Guaracy (de MG), II) Indígenas: João Irineu (ex-aluno do Aluísio Brito-PB), Eunice  
Guedes (do Pará). III) Quilombolas: Eliane Costa, Daniele Lima, um representante da

331 Paraíba (a ser indicado por Paulo Maldos). Para a formação da comissão de Direitos  
332 Sexuais e Reprodutivos, foram indicados: Tatiana Lionço (UnB), Céu Cavalcante (UFRJ),  
333 Letícia Gonçalves (Direitos Reprodutivos) e Cristiane Kõndu (Rede Parto do Princípio),  
334 mais Rosângela Calibi, Daniela Pedroso e Larissa como possíveis alternativas. Para a  
335 comissão de Segurança Pública, foram indicadas: Juliana Ferreira da Silva (UCB),  
336 Antônio Britto (Polícia Civil de Santa Catarina) e Ana Cristina Ávila-Batista (psicóloga  
337 reformada da Polícia Militar de Minas Gerais), além de um psicólogo que trabalha na  
338 Polícia Civil de Santa Catarina como alternativa. Ademais foram designadas as  
339 seguintes conselheiras para coordenarem a Comissão de Direitos Sexuais e  
340 Reprodutivos: Sandra Spósito (responsável) e Jureuda Duarte (suporte). **39.**  
341 **SOLICITAÇÃO DE POSICIONAMENTO - MATÉRIA SOBRE FOTO DO PRESIDENTE DO CFP**  
342 **COM MADURO.** Em que pese a Plenária ter considerado postergar esse ponto para a  
343 próxima reunião, quando haverá a análise de conjuntura, decidiram que a linha da  
344 resposta deve ser a defesa da instituição, e não da pessoa do Presidente. Uma nota já  
345 foi iniciada e deverá ser apresentada na próxima plenária. O ponto também deve ser  
346 pautado para a Reunião entre Presidentes, chamando todo o Sistema a se envolver no  
347 assunto, e inclusive querem apresentar a nota na APAF buscando apoio dos CRPs. **40.**  
348 **ESTATUTO DO NASCITURO.** Jureuda Duarte explica que se trata do projeto de lei  
349 478/2007 que dispõe sobre o estatuto do nascituro e foi aprovado em primeira  
350 instância. Se definitivamente aprovado, tornará ilegais os abortos hoje legalizados,  
351 bem como o descarte de embriões. Jureuda Duarte propõe que seja criado um  
352 documento de posicionamento. Sandra Spósito acrescenta que está sendo proposta,  
353 pelo deputado Diego Garcia, uma CPI do aborto, de cunho evangélico. Jureuda Duarte  
354 propõe dois encaminhamentos. Primeiro cobrar da GETEC a priorização dessa nota  
355 técnica e que as conselheiras Jureuda e Sandra acompanhem. A assessora Cleonice  
356 Dorneles, da GRI, fará o acompanhamento da CPI ao aborto na câmara. E também  
357 chamar uma reunião com algumas deputadas, como Erika Cocai. **41. NOTA SOBRE**  
358 **INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NAS CONFERÊNCIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E**  
359 **ADOLESCENTE.** Havia o encaminhamento de construir uma nota, e foi feita a minuta  
360 da nota. Célia Zenaide lê a minuta. Após a leitura, Jureuda Duarte indica, no segundo  
361 parágrafo, que onde se lê Fundo da Criança e do Adolescente pode estar faltando a  
362 palavra Nacional, Estadual e Municipal. A nota é aprovada pelo Plenário. Jureuda  
363 Duarte encaminha que seja feita uma arte para publicar junto à nota. **67.**  
364 **EMPRÉSTIMO AO CRP 13.** Solicitação do CRP 13 de empréstimo de R\$ 60.000,00, e o  
365 CFP avalia que esse empréstimo é pertinente. O Plenário aprova o empréstimo. **59.**  
366 **INFORME - VISITA AS CONSELHEIRAS CLEIA E BETH.** Em função do estado e saúde  
367 delicado das Conselheiras Cleia Cunha e Elizabeth de Lacerda, o Plenário acordou que  
368 Rosane Granzotto visitará a primeira, e Júnia Lara a segunda. **66. MUDANÇA DE**  
369 **TITULARIDADE DO CFP NO CNPCT.** O encaminhamento é que Célia Zenaide fique  
370 como titular e Cleia Cunha passe a suplente. O Plenário aprova. **42. RELATÓRIO DE**  
371 **AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SC - PARÂMETROS**  
372 **MÍNIMOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA NO SUS E SUAS.** O  
373 relatório é apresentado. Miraci Mendes explica que é o relatório de uma inspeção em  
374 Santa Catarina, e que se alguém do Plenário considerar importante como metodologia  
375 está à disposição. O encaminhamento é que os Conselheiros leiam e dêem possíveis  
376 sugestões. **44. PL 7683/2017 - ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA CONTINUADA AOS ATLETAS**  
**PROFISSIONAIS.** Cleonice Dorneles explica que há uma minuta de Ofício para



378 aprovação. Márcia Badaró lê o texto. Regina Pedrosa sugere a retirada de alguns  
379 parágrafos, a partir do parágrafo que trata das drogas. As sugestões foram rever a  
380 expressão “terceira força” e revisar o texto, considerando a extensão do texto, já que  
381 um ofício não deve ser longo, fazer uma defesa menos exagerada do papel do  
382 psicólogo na vida do atleta, retirar as expressões “esporte é saúde” e “ansiedade é a  
383 porta de entrada para as drogas”, bem como retirar atravessamentos morais. Márcia  
384 Badaró encaminha que Regina Pedrosa auxilie na elaboração do Ofício. **45. PL**  
385 **7081/2010 - DIAGNÓSTICO E O TRATAMENTO DA DISLEXIA E DO TDAH NA**  
386 **EDUCAÇÃO BÁSICA.** Regina explica que é sobre a questão do tratamento da dislexia e  
387 TDAH na atenção básica. O CFP se posicionou contra o projeto. O encaminhamento do  
388 Plenário é endossar o posicionamento em contrário. Célia Zenaide acrescenta que é  
389 importante o CFP ficar atento a possíveis mudanças no protocolo de dispensação da  
390 medicação para TDAH. **29. REALIZAÇÃO DO XII CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS**  
391 **PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO PROFISSIONAL DE ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA.** A  
392 demanda é que o Plenário aprove a realização do 12º concurso nos primeiros meses de  
393 2019. O Plenário autoriza o início de processo de contratação da empresa. Fabián  
394 Rueda sugeriu apresentar esse ponto na reunião do FENPB, e que as entidades sejam  
395 consultadas para sugerir nomes de experts que poderão contribuir na elaboração das  
396 provas. A Plenária é encerrada às dezenove horas e três minutos. Esta ata foi lavrada  
397 por mim, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheiro-Secretário do CFP, a qual foi  
398 lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Juarez de Monte Aguiar

D. Pina

Luiz

H. B. H. T.

Maria

P. P.